



REGULAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Os Procedimentos do Departamento de Recursos Humanos tem a função de definir, normatizar e padronizar os recursos humanos a serem contratados, a partir de sua identificação e conceituação, de acordo com o que neste documento está regulamentado, visando atender Contrato de Gestão realizado com o Estado de Goiás.

PARÁGRAFO ÚNICO - Neste documento, definem-se recursos humanos os profissionais com vínculo empregatício direto, sem contrato de terceirização, para executar as atividades meio ou fim.

Art. 2º - Todos os processos de recrutamento, seleção, remanejamento e/ou promoção de recursos humanos são responsabilidades do Departamento de Recursos Humanos, exceto os casos em que a Diretoria Administrativa/Geral do Instituto julgar que seja necessariamente diferente. Os resultados dos processos serão divulgados no site Oficial do Instituto.

PARÁGRAFO ÚNICO - A abertura dos processos supracitados se dará sob a expressa autorização da Diretoria Administrativa/Geral do Instituto

Art. 3º - O Recrutamento e a seleção, de que trata este regulamento, visa selecionar o melhor candidato para a função a ser preenchida.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Seção I - Da Requisição de Pessoal

Art. 4º - No âmbito dos processos de seleção de pessoal, compete:

I - aos Diretores da Unidade gerida pela Organização Social, solicitar e/ou aprovar Requisição de Pessoal;

Art. 5º. - O procedimento de contratação de pessoal terá início mediante a solicitação dos Diretores do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH, interessados na contratação, dos serviços efetivamente necessários, que será operacionalizada por meio da Requisição de Pessoal.

§ 1º. O requisitante deverá preencher o formulário de Requisição de Pessoal conforme demanda, coletar aprovação pela Diretoria.



§ 2º. Após a aprovação da Diretoria, encaminha-se a Requisição de Pessoal que segue os fluxos para a área de Recursos Humanos para os procedimentos de recrutamento e seleção.

§ 3º. As Requisições de Pessoal podem ser abertas nos seguintes casos:

I - Substituição de um colaborador;

II - Aumento de Quadro, desde que contemplado no orçamento e aprovado pela Diretoria.

Seção II- Do processo de Recrutamento

Art. 6º - A contratação de colaborador iniciará com a divulgação por meio de publicação na imprensa oficial e nos sites da Organização Social e da Secretaria de Estado da Saúde (<http://www.saude.go.gov.br>), com antecedência mínima de 01 (um) dia e conterá as informações básicas dos cargos a serem preenchidos e o endereço eletrônico onde poderá ser acessado o edital e seus anexos, que conterão: as funções a serem preenchidas; os respectivos números de vagas; salário e vantagens; jornada de trabalho; os prazos; as condições para a participação dos candidatos e local para demais informações.

Parágrafo Único – Ressalvados os cargos de confiança, abaixo descritos, que não necessitarão passar pelo processo elencado no caput:

- a) Diretoria;
- b) Gerência;
- c) Coordenação.

Art. 7º - Durante o período de recrutamento, os candidatos encaminharão seu currículo através de email divulgado nos canais de comunicação estabelecidos no artigo 6º deste regulamento.

Art. 8º - As etapas que compreendem o processo de seleção serão previamente estabelecidas no edital de chamamento, que conterá as regras objetivas de classificação e seleção dos interessados e estabelecerá no mínimo:

- 1) análise de currículo;
- 2) avaliação técnica, que visa apurar o nível de conhecimento técnico específico;
- 3) avaliação psicológica de acordo com a função a ser desenvolvida, que tem como objetivo apurar aspectos cognitivos e psicológicos;

§ 1º Serão exigidos, a critério da administração, a comprovação ou habilitação técnica-operacional e testes específicos relacionados à vaga, além de investigação de idoneidade profissional.

§ 2º Os critérios de seleção de currículo e avaliação técnica terão caráter classificatório, enquanto que a avaliação psicológica terá caráter meramente

eliminatório.

§ 3º Os candidatos que forem aprovados nas etapas de números 1 e 2 serão encaminhados para entrevista final.

§ 4º O candidato que for aprovado na entrevista final será encaminhado para realização de exame médico e entregar os documentos necessários para a contratação.

§ 5º A etapa de número 3 será facultativa, sendo realizada somente no caso de comprovação da necessidade em razão do cargo ou função a ser exercida.

Art. 9º - O critério de análise do currículo se faz necessário para conhecer previamente o candidato, verificando sua formação profissional e sua experiência para a função pretendida.

Art. 10º - A utilização de outros instrumentos psicológicos consiste na fase da avaliação psicológica, quando esta for necessária.

§ 1º - O Departamento de Recursos Humanos conduzirá esta etapa, obrigatoriamente, através do profissional de psicologia contratado.

§ 2º - Esta fase será concluída com a recomendação ou não do candidato para ocupar a vaga em questão.

§ 3º Esta fase deverá atender aos critérios objetivamente fixados no edital de abertura para processo de contratação de Recursos Humanos.

Art. 11º - Haverá um profissional responsável pela área da vaga solicitante que submeterá o candidato à avaliação técnica, momento em que serão verificadas se as habilidades exigidas pelo cargo são encontradas no candidato. Este profissional emitirá relatório breve e conclusivo sobre a indicação ou não do candidato ao cargo e ou função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão analisadas na avaliação técnica as informações contidas no currículo, as habilidades do candidato, verificando as específicas para a ocupação do cargo e suas determinações legais, assim como a disponibilidade para o início das atividades e suas condições em submeter-se aos horários estabelecidos.

Seção III - Da Ascensão Funcional

Art. 12º - A fim de disponibilizar oportunidade aos colaboradores e se a Diretoria assim decidir, o processo de recrutamento e seleção dar-se-á internamente, promovendo a ascensão funcional, desde que respaldado por lei.

§ 1º - O recrutamento e a seleção de colaboradores internos seguirão os mesmos critérios para o recrutamento e seleção externos, descartando a divulgação das vagas nos meios de comunicação externa.

§ 2º - Quando ocorrer o recrutamento e a seleção internos, a divulgação do resultado também se dará internamente na Unidade, através de comunicação interna: circular, aviso em murais, informação direta pelos responsáveis de cada área.

Seção IV - Do Remanejamento de Colaboradores

Art. 13º - Outra forma de preenchimento de cargos é o remanejamento de colaboradores, e acontecerá apenas mediante observação e avaliação de desempenho, autorizado pela Diretoria da Unidade, e em total concordância do colaborador remanejado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Tal remanejamento só ocorrerá se não houver prejuízos e/ou transtornos em sua área de origem, nem com o colaborador remanejado, com ressalvas no disposto na CLT e legislação vigente, desde que dentro da mesma carreira funcional ou compatível com a qual foi contratado.

Seção V - Da Promoção

Art. 14º - A promoção de colaborador ocorre para o preenchimento de cargos, seguindo os seguintes critérios:

- I. O colaborador possuir a habilitação profissional exigida na descrição de cargos;
- II. Reposição de pessoal autorizada pela Diretoria da Unidade Hospitalar ou pela Superintendência do Instituto;
- III. Solicitação, a partir da identificação e indicação do colaborador a ser promovido, feita pelo responsável da área ao qual o promovido será subordinado, ouvido o Departamento de Recursos Humanos e a partir do conhecimento e concordância da Superintendência do Instituto;
- IV. Ser colaborador contratado, no mínimo, há 3 meses;
- V. Desde que dentro da mesma carreira funcional ou compatível com a qual foi contratado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso haja mais de um candidato a vaga de promoção tratada neste artigo, deverá ser efetuado um processo seletivo interno com os interessados, nos termos do artigo 12 deste regulamento.

Seção VI - Da admissão de Ex-colaborador

Art. 15º - A admissão de antigos colaboradores somente poderá ocorrer após o decurso do prazo de 06 (seis) meses entre o desligamento e a readmissão, por meio de processo seletivo, obedecidas as regras deste Regulamento e observada a seguinte condição:

- I) O ex-colaborador não poderá ter sido demitido por justa causa.

CAPÍTULO III – DO BANCO DE DADOS

Art. 16º - A Gerência de Recursos Humanos poderá, independentemente de processo de recrutamento, manter banco de dados com cadastro de profissionais para as áreas meio e fim do hospital, cujos currículos cheguem por apresentação espontânea de potenciais candidatos ou através de currículos cadastrados em anteriores processos de recrutamento, a fim de ampliar a divulgação de futuros processos seletivos.

§ 1º - A Gerência de Recursos Humanos recorrerá ao banco de dados de que trata o caput deste artigo, porém o candidato passará pelos critérios de recrutamento e seleção, desde que preencha o perfil e a qualificação exigidos para o cargo.

CAPÍTULO IV – CADASTRO DE RESERVA

Art. 17º – O IBGH poderá manter cadastro de reserva com os candidatos aprovados e não contratados ao final do processo seletivo de que trata este regulamento, em razão do número de vagas disponíveis, por um período de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, para o aproveitamento quando do surgimento de novas oportunidades.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - Não é garantida ao candidato selecionado a contratação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A contratação do candidato selecionado deverá passar pela conveniência administrativo-financeira e operacional, respeitando-se as leis que regem a contratação.

Art. 19º - Os meios e materiais necessários para o recrutamento e a seleção deverão ser disponibilizados pela administração e aprovados pela Diretoria Administrativa/Geral do Instituto.

Art. 20º – É vedada a contratação, nos ajustes onerosos ou não, celebrados pelas organizações sociais com terceiros:

I – a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º (terceiro) grau, do Governador, Vice-Governador, de Secretários de Estado, de Presidentes de autarquias, fundações e empresas estatais, de Senadores e de Deputados federais e estaduais, Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios, todos do Estado de Goiás, bem como de diretores, estatutários ou não, da organização social, para quaisquer serviços relativos ao contrato de gestão;

II – o estabelecimento de avença com pessoas jurídicas ou instituições das quais façam parte os seus dirigentes ou associados.



PARÁGRAFO ÚNICO O disposto no inciso I deste artigo não se aplica quando o interessado houver se submetido a prévio processo seletivo que observe o respectivo regulamento de contratação de pessoal, devidamente aprovado pela Controladoria-Geral do Estado.

Art. 21º - Os casos omissos ou duvidosos na interpretação do presente Regulamento serão resolvidos pela Administração, com base nos princípios gerais de direito.

Art. 22º - O presente Regulamento entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

05 de janeiro de 2018.



Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar
Bruno Pereira Figueiredo
Presidente



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº 351/2018 SEI - CGE

GOIÂNIA, 26 de fevereiro de 2018.

Ao Senhor

RUDSON TEODORO DA SILVA

Diretor Administrativo Financeiro do IBGH

Rua C -245, SN, Qd. 574, Lote 18, Nova Suíça

CEP 74.290-200 - Goiânia-Goiás

Assunto: Aprovação do Regulamento de Compras e Contratações de Serviços e do Regulamento para Contratação de Recursos Humanos do IBGH. (autos nº 201700010023089)

Senhor Diretor,

A Controladoria-Geral do Estado – CGE, em atenção ao estabelecido na Lei Estadual nº 18.843/2015, encaminha anexa cópia da aprovação do Regulamento de Compras e Contratações de Serviços e do Regulamento para Contratação de Recursos Humanos do IBGH.

Registre-se, entretanto, que a referida aprovação se deu de maneira condicional, tendo em vista que a Entidade não submeteu os seus regulamentos de Contratações de Obras, Serviços, Alienações e Recursos Humanos à aprovação do seu Conselho de Administração, conforme disposto no art. 4º, inc.VIII da Lei Estadual nº 15.503/2005.

Ante o exposto, a Organização Social deverá corrigir tal falha, promovendo a aprovação dos citados regulamentos pelo seu Conselho de Administração, ato contínuo, deverá ser providenciada sua publicação na imprensa oficial, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 18.843/2015, sendo necessário o encaminhamento de cópia da referida publicação a esta CGE, no prazo máximo de 05 dias úteis, para conhecimento.

Alerta-se que, caso a Entidade promova alterações nos regulamentos em questão, deverá encaminhar para nova aprovação desta CGE e posterior republicação na imprensa oficial.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DA SILVA GOES, SubChefe da CGE**, em 26/02/2018, às 11:47, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **1560519** e o código CRC **5CB7CC2F**.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

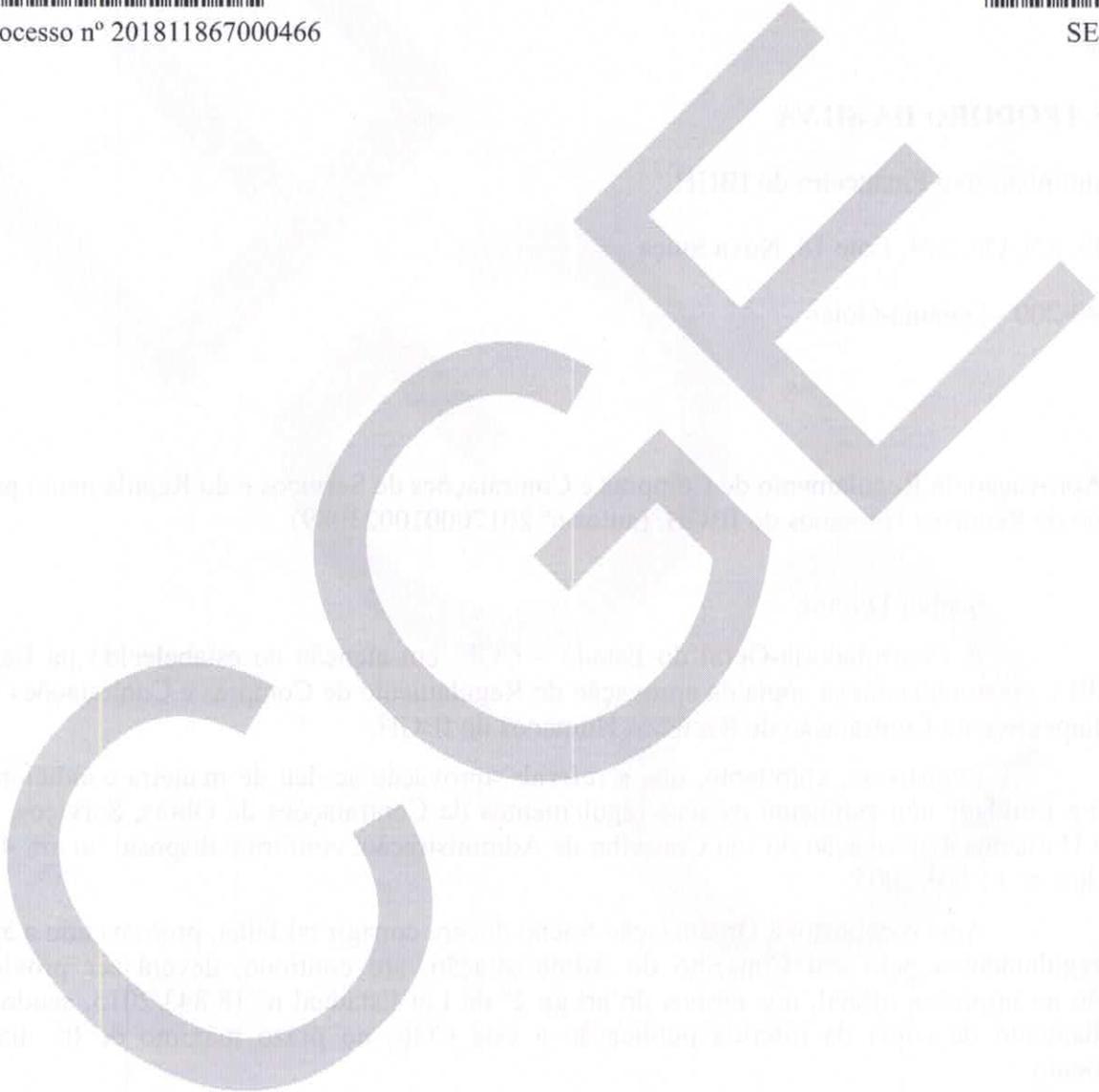
RUA 82 - Bairro SETOR SUL - CEP 74083-010 - GOIANIA - GO - Palácio Pedro Ludovico Teixeira
(PPLT), nº 400, 3º andar 6232015360



Referência: Processo nº 201811867000466



SEI 1560519





ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE

PROCESSO: 201700010023089

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SES

ASSUNTO: Utilização dos Regulamentos para Contratações de Obras, Serviços, Alienações e Recursos Humanos para o Contrato de Gestão nº 116/2017 SES/GO, tendo como objeto o gerenciamento e operacionalização do Hospital Estadual Sandino de Amorim, no município de Jaraguá.

DESPACHO Nº 493/2018 SEI - GAB

Em vista do que consta nos presentes autos, em especial ao disposto no Despacho nº 17/2018 SEI - GEFP, e em atenção ao parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 18.843/2015, esta Controladoria-Geral do Estado **APROVA as alterações promovidas nos Regulamentos para Contratações de Obras, Serviços, Alienações (artigos 1º, 3º, 4º e 5º) e de Recursos Humanos (art. 1º) do IBGH**, apresentados através do Ofício nº 014/2018-IBGH (SEI 1316112).

2. Entretanto, considerando que não restou comprovado que as retro mencionadas alterações tenham sido referendadas pelo Conselho de Administração da Entidade, a aprovação dos regulamentos fica condicionada ao atendimento do disposto no art. 4º, inc.VIII da Lei Estadual nº 15.503/2005, o que deverá ocorrer antes da publicação, na imprensa oficial, das alterações promovidas nos artigos 1º, 3º, 4º e 5º do Regulamento de Compras e Contratações de Serviços e no artigo 1º do Regulamento para Contratação de Recursos Humanos, nos termos do § Único do art. 2º da Lei Estadual nº 18.843/2015.

3. Oportunamente, ressalta-se que as contratações que forem realizadas em desconformidade aos citados regulamentos serão consideradas irregulares (vide artigo 209 do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Estado) e, portanto, deverão ser registradas no julgamento das prestações de contas da referida Organização Social pela SES, sob pena de responsabilidade solidária.

4. Ademais, a aprovação desta CGE não tem a pretensão de exaurir o assunto, salientando que cabe à OS observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade e do julgamento objetivo, bem como a posteriores considerações que poderão ser elencadas em procedimentos de fiscalização, conforme competência deste Órgão.

5. Encaminhe ofício à SES para conhecimento e ao IBGH para que, observado o disposto no item 02 deste despacho, promova a publicação das alterações de seus regulamentos na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 18.843/2015 e encaminhame cópia da referida publicação a esta CGE, no prazo máximo de 05 dias úteis após sua efetivação.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DA SILVA GOES, SubChefe da CGE**, em 27/02/2018, às 08:59, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1560187** e o código CRC **248F3BE2**.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIAS

RUA 82 - Bairro SETOR SUL - CEP 74083-010 - GOIANIA - GO - Palácio Pedro Ludovico Teixeira
(PPLT), nº 400, 3º andar 6232015360



Referência: Processo nº 201700010023089



SEI 1560187

CGE